



## Caro Professor,

Você está recebendo a versão preliminar da Base Nacional Comum, que está em **consulta pública até o dia 15/12** no portal **basenacionalcomum.mec.gov.br**

A Base Nacional Comum definirá os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de aprender, ano a ano, desde a educação infantil até o ensino médio. Com ela, os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante guia para suas aulas.

Ela está prevista no Plano Nacional de Educação. Portanto, é lei. Sua versão final está prevista para junho de 2016. Trata-se de uma política de Estado, e não de governo.

O Brasil tomou a decisão de ter uma Base Nacional Comum porque as evidências mostram que, para promover a equidade, um sistema educacional precisa ter um documento curricular nacional claro e objetivo para os professores, que respeite as diversidades e autonomia locais e que, por fim, promova um aprendizado que faça sentido para os alunos.

Estamos diante de uma oportunidade única: os professores, aqueles que melhor conhecem os desafios da sala de aula, podem e devem participar da construção da Base. Um grupo significativo de professores ajudou a escrever a versão preliminar (junto com técnicos de secretarias estaduais e municipais e especialistas) do MEC. Agora, com a consulta pública, cabe a todos nós contribuir, interferir, melhorar. Leia, critique, converse com seus colegas. Juntos, podemos realizar a Educação que queremos.

---





## Caro Professor,

Você está recebendo a versão preliminar da Base Nacional Comum, que está em **consulta pública até o dia 15/12** no portal **basenacionalcomum.mec.gov.br**

A Base Nacional Comum definirá os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de aprender, ano a ano, desde a educação infantil até o ensino médio. Com ela, os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante guia para suas aulas.

Ela está prevista no Plano Nacional de Educação. Portanto, é lei. Sua versão final está prevista para junho de 2016. Trata-se de uma política de Estado, e não de governo.

O Brasil tomou a decisão de ter uma Base Nacional Comum porque as evidências mostram que, para promover a equidade, um sistema educacional precisa ter um documento curricular nacional claro e objetivo para os professores, que respeite as diversidades e autonomia locais e que, por fim, promova um aprendizado que faça sentido para os alunos.

Estamos diante de uma oportunidade única: os professores, aqueles que melhor conhecem os desafios da sala de aula, podem e devem participar da construção da Base. Um grupo significativo de professores ajudou a escrever a versão preliminar (junto com técnicos de secretarias estaduais e municipais e especialistas) do MEC. Agora, com a consulta pública, cabe a todos nós contribuir, interferir, melhorar. Leia, critique, converse com seus colegas. Juntos, podemos realizar a Educação que queremos.

---

